

## Apoio a desabrigados em pauta



Trizidela do Vale (MA), com quase 90% da população atingida pelas enchentes, é um retrato da calamidade no Nordeste

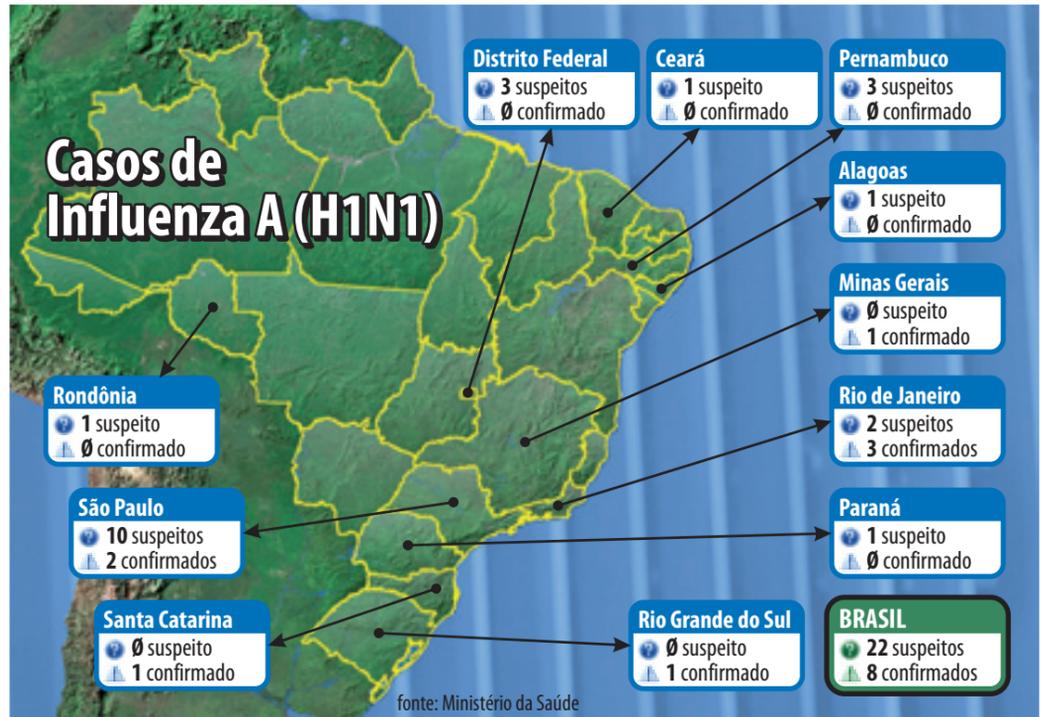
A existência de centenas de milhares de desabrigados e a destruição de pontes e estradas preocupam senadores, que pretendem discutir medidas necessárias à reconstrução da infraestrutura

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deve discutir hoje, às 9h30, soluções para os problemas causados pelas enchentes. Foram convidados os ministros da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e das Cidades, Márcio Fortes, além dos governadores do Piauí, Wellington Dias; do Ceará, Cid Gomes; do Maranhão, Roseana Sarney; e do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria. Está previsto também o comparecimento do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Luiz Antônio Pagot. Um dos pontos em debate será um crédito extraordinário de R\$ 300 milhões para apoiar as vítimas das calamidades. **4 e 5**

## Medidas para combater gripe A

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, deverá discutir hoje com senadores da Comissão de Assuntos Sociais as providências adotadas pelo governo para enfrentar doença

O vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Paulo Paim, foi um dos senadores que sugeriram a audiência pública com o ministro. Uma das perguntas que Paim pretende fazer refere-se ao volume de recursos que o governo espera gastar no combate e prevenção da doença. O senador deve reiterar críticas ao uso da expressão gripe suína, argumentando que o termo prejudica o setor de suinocultura. A enfermidade já teria causado a morte de mais de 50 pessoas – a maioria delas no México e nenhuma no Brasil. Em boletim divulgado ontem, o Ministério da Saúde informou que já havia no Brasil oito casos confirmados. **5**



### Plenário analisa esta semana novas alíquotas do IR

A medida provisória que corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e criou novas faixas de alíquotas é o primeiro item da pauta do Plenário esta semana. **3**

### FGV apresentará reforma administrativa

O presidente do Senado, José Sarney, deve receber hoje, às 10h, proposta da Fundação Getúlio Vargas sobre a reestruturação administrativa da Casa. O objetivo do estudo, encomendado em março, é reduzir custos, cortar cargos e melhorar a eficiência administrativa do Poder Legislativo. **2**



Sarney (ao lado de Lula) compareceu ontem à posse da diretoria do Ibram. **2**

### Vigília chama atenção para a preservação da Amazônia

O Plenário do Senado será, a partir das 18h30 de amanhã, palco de uma vigília pela preservação da Amazônia. O evento deve terminar às 6h da manhã de quinta-feira. **4**

Objetivo é modernizar a Casa, segundo José Sarney. Projeto será apresentado às 10h, na Presidência, pelo coordenador do grupo de estudo, Bianor Scelga Cavalcanti

## FGV entrega hoje estudo de reestruturação do Senado

ESTÁ PREVISTA PARA as 10h de hoje, no gabinete da Presidência do Senado, a entrega de estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), encomendado pelo presidente da Casa, José Sarney, sobre a reestruturação administrativa destinada a diminuir custos, cortar cargos e melhorar a eficiência do Legislativo.

Convênio com esse propósito foi assinado entre o Senado e a

FGV em 18 de março, quando José Sarney anunciou seu propósito de modernizar a instituição e torná-la mais transparente à fiscalização da população.

– Para isso, estou convocando a Fundação Getúlio Vargas. Nosso objetivo é modernizar a Casa. Vamos ter, entre outras coisas, uma seleção pelo mérito. Ocupar as diretorias também numa seleção pelo mérito – afirmou

Sarney na ocasião.

O projeto de reestruturação administrativa será objeto de ampla exposição no gabinete da Presidência, aberta aos líderes e demais senadores, conforme convite feito por José Sarney em Plenário, na semana passada. O expositor será Bianor Scelga Cavalcanti, coordenador do grupo de estudo conduzido pela FGV.

## Ministro agradece aprovação de lei que criou Ibram

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, na noite de ontem, agradecimentos do ministro da Cultura, Juca Ferreira, pela aprovação da lei que criou o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Ferreira discursou na solenidade de instalação do Ibram, no Palácio do Itamaraty, à qual compareceram Sarney e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A matéria (PLC 191/08) foi aprovada pelo Senado em 18 de dezembro do ano passado, por unanimidade, como resultado de acordo de líderes dos partidos da base do governo e da oposição.

O ministro da Cultura disse ainda que o Congresso tem duas importantes tarefas pela frente no setor cultural. Uma delas é a



Ao lado de Celso Amorim, Sarney e Lula conversam em solenidade no Itamaraty

votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 150/03) que obriga União, estados, Distrito Federal e municípios a destinarem percentuais mínimos da arrecadação para a preservação do patrimônio cultural. A PEC está em tramitação na Câmara dos Deputados, juntamente

com duas outras propostas sobre o mesmo assunto: a 324/01 e a 427/01. Em seguida, será enviada ao Senado.

Outra matéria a ser examinada pelo Legislativo é o projeto de lei (em fase de elaboração no Executivo) que alterará a Lei Rouanet.

## Crivella quer comissão para discutir o pacto federativo

Por entender que o pacto federativo brasileiro, firmado na Constituição de 1988, não corresponde mais aos interesses dos entes federados, Marcelo Crivella (PRB-RJ) requereu, em abril do ano passado, a criação de uma comissão temporária para reformular o modelo atual. Ontem, em pronunciamento, o senador informou que há 15 dias apresentou requerimento de urgência, apoiado por diversos líderes, para que a proposta seja apreciada pelo Plenário.

– O jogo federativo entre União, estados e municípios tem sido inglório e obscuro para os entes subnacionais. De um lado há o problema da repartição das receitas tributárias; do outro persistem as desigualdades regionais e uma perniciosa guerra fiscal entre os estados membros, gerando um sistema injusto de competição por investimentos privados.

Crivella assinala que o modelo brasileiro é movido por uma dependência dos municípios em relação aos seus respectivos estados. A Federação brasileira, disse, se enquadra mais no campo da autonomia dos estados e, principalmente, na distribuição das receitas tributárias, formatada numa política de compensações financeiras por meio dos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

O senador propôs que a comissão temporária debata temas como as deficiências do pacto federativo brasileiro, o grau de autonomia dos entes subnacionais e o equilíbrio da Federação, a interdependência entre os entes federados e os mecanismos e instrumentos de cooperação. Também deverá entrar na pauta de discussão a repartição de recursos entre as instâncias.



Modelo atual deve ser reformulado, diz Crivella

## Mesquita Júnior presta conta de viagem ao exterior

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) prestou contas de sua viagem a Assunção, Paraguai, em missão oficial do Parlamento do Mercosul (Parlasul). A principal decisão do encontro, disse, foi a definição da proporcionalidade da representação de cada país no parlamento.

O senador lembrou que a questão vinha se arrastando havia um ano e meio, enfrentando resistência, principalmente, dos parlamentares paraguaios. Ele informou que, durante a atual etapa de transição do processo de implantação do Parlasul, Argentina e Brasil elegerão apenas um terço da diferença que existe entre o piso de 18 cadeiras e o número máximo de 75 assentos, caso do Brasil.

Assim, o Brasil elegerá 37 parlamentares para o Parlasul. A Argentina, 26. Os dois maiores países do bloco elegerão todos os parlamentares de sua representação, provavelmente, em 2014. O parlamentar lembrou que a eleição da representação brasileira precisa ainda ser prevista na Constituição e na legislação infraconstitucional.

Mesquita Júnior disse ainda que será necessária a conscientização da população brasileira sobre a importância do Mercosul como bloco econômico, cultural e social. Disse que não só os estados do Sul do país se beneficiariam, mas todos, inclusive o Acre, que ele representa. Defendeu, ainda, a inclusão imediata da Venezuela no bloco.

Ao citar discurso do presidente paraguaio Fernando Lugo na sessão do parlamento, o senador afirmou que o Brasil poderia exportar para os países mais pobres a tecnologia do programa Luz para Todos.



Mesquita participou de sessão do Parlasul

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Pauta do Plenário está trancada por seis MPs

Às 11h, o Plenário realiza sessão solene para comemorar o bicentenário da PM do Distrito Federal. Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada por seis medidas provisórias.

## Sarney recebe proposta de reforma administrativa

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 10h, na sala da Presidência, a proposta de reforma administrativa da Casa elaborada

pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); às 15h30, recebe a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa; e, às 16h, preside a ordem do dia.

## Na CAE, estímulo a política para jovens

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina, às 10h, projeto que dispõe sobre incentivos a políticas públicas para a juventude executadas por entidades privadas sem fins lucrativos. Entre os 22 itens da pauta, estão duas mensagens de contratação de crédito e o projeto que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-Açúcar (Proaf).

## Audiência discute ações contra cheias

Às 9h30, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza audiência para discutir ações de combate às cheias, especialmente as que ocorrem no Nordeste. Participam os ministros da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e das Cidades, Márcio Fortes; e os governadores do Maranhão, Roseana Sarney; do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria; do Ceará, Cid Gomes; e do Piauí, Wellington Dias.

## Temporão fala à CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde realizam, às 11h, audiência para ouvir o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, sobre políticas a serem implantadas pela pasta em 2009. O ministro falará também sobre o programa Mais Saúde, a situação do SUS e as medidas adotadas para combater a gripe suína.



J. Freitas

## Em votação, relatório sobre Fórum das Águas

Às 10h30, será votado o relatório final da Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e do V Fórum Mundial da Água. O colegiado é vinculado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que, às 11h30, se reúne para analisar 28 itens. Há três projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). Na primeira parte da reunião, os parlamentares participam da fixação do retrato do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) na Galeria de Ex-Presidentes da CMA.

## CE examina exigência para o Bolsa Escola

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne, às 11h, para analisar uma pauta de 13 itens. Entre eles, o substitutivo ao projeto que altera a Lei 10.826/04, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para recebimento de benefício do Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação (Bolsa Escola). O primeiro item altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para obrigar as escolas públicas e privadas de educação básica a comprovarem a existência de áreas cobertas destinadas à prática de educação física, esportes e recreação.

## Fundo para o ensino profissional na pauta da CRA

Com uma pauta de sete itens, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne às 9h30. O primeiro deles institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep).

## Comissão ouvirá TCU sobre fiscalização de obras do PAC

Representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) serão ouvidos quinta-feira, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), sobre a metodologia utilizada pelo órgão na fiscalização de obras, em especial as relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O senador Fernando Collor (PTB-AL), autor do requerimento e presidente da CI, explicou que já esteve reunido com funcionários do TCU a respeito do assunto a ser debatido.

– Eles [os funcionários] estão fiscalizando as obras *in loco* e já têm, inclusive, um relatório sobre a maioria delas. Com relação ao PAC, cerca de 200 obras já estão nesse relatório – afirmou Collor quando o requerimento de audiência pública foi aprovado.

Os representantes do TCU convidados para o debate são: o secretário-geral de Controle Externo, Paulo Roberto Wiechers Martins; o secretário-adjunto de Planejamento e Procedimento, Marcelo Luiz Souza da Eira; o secretário de Fiscalização de Obras, André Luiz Mendes; e o diretor de Fiscalização de Obras, André Kresch.



Paulo Bernardo apresenta prioridades do governo para Orçamento de 2010

## Ministro discute LDO na Comissão de Orçamento

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, presta esclarecimentos hoje, às 14h, aos senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010. A LDO tem de ser aprovada pelo Congresso Nacional antes do recesso de julho. Trata-se de um conjunto de parâmetros que devem ser observados no processo de elaboração, pelo Executivo, da proposta orçamentária do ano seguinte, encaminhada ao Congresso até 31 de agosto.

Outra finalidade da LDO é especificar as despesas que devem receber tratamento prioritário em cada período orçamentário, ficando dessa maneira mais protegidas contra eventuais cortes. Essa lei traz ainda parte dos critérios que devem ser adotados pelos parlamentares na elaboração de emendas ao projeto do Orçamento, além de regras que balizam posteriormente a execução dos gastos pelo governo. Ao promover a audiência com o ministro, a CMO cumpre requisito previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para desbloquear a pauta, senadores têm de votar seis medidas provisórias. Capitalização de R\$ 14 bilhões do fundo soberano e de R\$ 100 bilhões do BNDES faz parte das iniciativas do governo para enfrentar a crise econômica



Senadores devem examinar a transferência de terras da União para Roraima e a inclusão de alunos do ensino médio no programa federal de merenda escolar

# Senado analisa MP que cria novas alíquotas do Imposto de Renda

O PRIMEIRO ITEM da pauta do Plenário é a medida provisória que corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e criou novas alíquotas. A nova tabela está em vigor desde 1º de janeiro. A que vigorou até o final do ano passado tinha apenas duas faixas de cobrança, em função da remuneração da trabalhador: 15% e 27,5%. Agora, são quatro alíquotas: 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%. Quem recebe até R\$ 1.434,59 está isento do recolhimento de IR na fonte. A mudança nas alíquotas implicou uma renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 5 bilhões neste ano.

A medida provisória (MP 451/08) tramita como projeto de lei de conversão (PLV 4/09), pois foi alterada quando passou pela Câmara dos Deputados. Entre as mudanças feitas no texto do governo, está a permissão para que a União repasse recur-

sos de transferência voluntária a municípios mesmo que eles descumpram exigências legais depois do contrato assinado com o governo federal. O PSDB criticou essa alteração durante os debates da matéria na Câmara dos Deputados, sob o argumento de que ela fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. O relator é um senador do PSDB – Marconi Perillo (GO).

O PLV 4/09 está trancando a pauta de votações, ou seja, tem de ser analisado como prioridade sobre os demais itens. Na mesma condição – bloqueando a pauta – há outras cinco medidas provisórias.

Proveniente da MP 452/08, o PLV 5/09 autorizou o Tesouro Nacional a emitir R\$ 14,2 bilhões para compor o Fundo Soberano do Brasil. O fundo foi criado no ano passado, mas o Congresso não havia aprovado o crédito para viabilizá-lo. A

materia será relatada por Eliseu Resende (DEM-MG).

O PLV 6/09, originado da MP 453/09, autorizou a União a emprestar R\$ 100 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para aumentar a capacidade da instituição de financiar projetos de longo prazo. O empréstimo será viabilizado principalmente pela emissão de título de dívida pública no mercado. O relator é o senador Fernando Collor (PTB-AL).

O PLV 7/09, oriundo da MP 454/09, visa resolver pendências na transferência de terras da União para o estado de Roraima. Será relatado por Romero Jucá (PMDB-RR). A Lei 10.304/01 havia autorizado a transferência das terras, mas a operação não pôde ser finalizada porque faltava o detalhamento das áreas que devem permanecer com a União.

Também na pauta, o PLV 8/09, que modificou a MP 455/09, inclui alunos do ensino médio e da educação infantil no programa de transporte escolar e os do ensino médio no programa federal de merenda escolar.

O sexto item a trancar a pauta é a MP 456/09, que aumentou o salário mínimo de R\$ 415 para R\$ 465 no dia 1º de fevereiro. Os deputados não fizeram mudanças na proposta.

Outras 47 matérias constam da pauta do Plenário nesta semana: cinco propostas de emenda à Constituição (PECs), 16 projetos de lei de senadores, 19 projetos enviados pelos deputados e sete projetos de decreto legislativo (acordos internacionais firmados pelo Executivo). Entre as PECs, está a que inclui o Cerrado e a Caatinga como biomas considerados patrimônio nacional na Constituição (PEC 51/03).

## CAE examina incentivo fiscal a ações de inclusão de jovens

Empresas e pessoas físicas poderão passar a contar com incentivos fiscais como estímulo para doações a entidades sem fins lucrativos que desenvolvam ações de amparo e inclusão de jovens entre 15 e 29 anos. Proposta da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que será analisada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autoriza a dedução, do Imposto de Renda por elas devido, dos valores aplicados.

O benefício alcança pessoas físicas e jurídicas tributadas com base no lucro real. Para as empresas, o desconto é limitado a 6% do imposto devido e, para pessoas físicas, a 4%. O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), recomenda a aprovação da matéria (PLS 269/08), que já passou pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e terá decisão terminativa na CAE.

Tasso acolheu o texto original da senadora, deixando de lado o substitutivo da CDH. Primeiro, por entender que a finalidade do projeto é criar benefício em favor de qualquer política conduzida por entidades sem fins

lucrativos voltadas ao público jovem, e não apenas para as que fazem parte do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), como estipula o texto da CDH.

O senador também entendeu ser inadequado permitir a exclusão, adotada pelo substitutivo, considerando o teto de 6% do imposto devido pelas empresas, do desconto que estas já disponham por conta de patrocínio ao esporte.

Em sua justificativa, Patrícia Saboya argumenta que as ações de amparo e inclusão de jovens dependem da participação da sociedade civil. No entanto, salienta, apenas as doações em benefício de fundos voltados à criança e ao adolescente são dedutíveis do Imposto de Renda, ficando de fora políticas que alcançam grande contingente de jovens.

### Terapia esportiva

Na reunião, a CAE deverá apreciar ainda proposta que beneficia com desconto no IR contribuintes que praticam atividades físicas ou esportivas sob orientação profissional, por



Patrícia Saboya é autora do projeto, que deve ser analisado hoje

recomendação médica, como terapia definida em laudo médico. Apresentado pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), o projeto (PLS 340/07) autoriza a dedução, da base de cálculo do imposto, de pagamentos – após diagnóstico e indicação do tratamento – feitos a professores de educação física, academias de atividades físicas, desportivas e de natação e escolas de esportes. Poderiam ser ainda cobertos gastos com academias de dança, capoeira, ioga e artes marciais.

O parlamentar justifica que as

atividades físicas orientadas por profissional competente são complemento e, muitas vezes, a principal terapia para a erradicação de diversas patologias, inclusive com capacidade para evitar tratamentos radicais e invasivos, como os cirúrgicos. A proposta está sendo relatada pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC), com voto pela aprovação, e será examinada na CAE em decisão terminativa.

Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou emenda para garantir também o desconto, da base de cálculo, de gastos efetuados pelo contribuinte na aquisição de alimentos *light* e *diet* indicados por médico ou nutricionista. Apesar de considerar a proposição bem intencionada, o relator rejeitou a medida, pois entende que sua aprovação poderia causar sérias distorções no sistema tributário, inclusive legitimar demanda para que medicamentos ou outros produtos saudáveis tivessem o mesmo tratamento. Considerou ainda que o controle sobre o benefício também seria difícil, o que facilitaria a sonegação.



A atriz Christiane Torloni é uma das líderes do movimento Amazônia para Sempre

# Senado faz vigília pela preservação da Floresta Amazônica

Três comissões promovem iniciativa que deve começar amanhã, depois das 18h30, em Plenário, com término previsto para as 6h da manhã de quinta-feira

UMA VIGÍLIA PELA preservação da Amazônia será realizada amanhã no Plenário do Senado, a partir das 18h30, horário previsto para o encerramento da sessão deliberativa. A vigília está sendo promovida pelas comissões Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O evento foi uma iniciativa do movimento Amazônia para Sempre, encabeçado por artistas como a atriz Christiane Torloni, que esteve semana passada no Senado. O objetivo é chamar a atenção para a necessidade de preservação da floresta, da proteção do meio ambiente, de investimentos no desenvolvimento sustentável e da salvaguarda da legislação ambiental brasileira.

ainda precisam ser confirmadas. Parlamentares e representantes de movimentos ligados ao meio ambiente também participarão da vigília.

## Sociedade poderá participar das discussões

Ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado e internautas que acessam a Agência Senado poderão participar da vigília em defesa da Amazônia, que acontece na noite de amanhã. O serviço Alô Senado – A Voz do Cidadão (0800 61-2211) receberá, a partir das 18h30 e até 1h da manhã, sugestões, comentários e protestos. A participação também poderá ser feita pelo e-mail [scocommc@senado.gov.br](mailto:scocommc@senado.gov.br).

Na programação, está prevista a entrega do documento Amazônia para Sempre e a apresentação de um vídeo a respeito do assunto. Para a cerimônia de abertura, foram convidados os ministros de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, e do Meio Ambiente, Carlos Minc, cujas presenças

colocam em prática políticas sustentáveis. O término da sessão está previsto para as 6h da manhã.

## Senadores discutem gestão de água

O fortalecimento da articulação entre comunidades, lideranças e órgãos do poder público para a gestão da água está entre as recomendações contidas em relatório de Marisa Serrano (PSDB-MS) que será votado hoje pela subcomissão temporária destinada a acompanhar o Fórum das Águas das Américas e o V Fórum Mundial da Água. O texto reúne considerações dos integrantes da subcomissão que participaram dos fóruns, ocorridos em novembro de 2008, em Foz do Iguaçu (PR), e em março último, em Istambul, na Turquia, respectivamente. O relatório também aborda questões relacionadas à gestão de rios que atravessam fronteiras, enfatizando a necessidade do uso sustentável das águas.

Destaca ainda a gestão de recursos hídricos para geração de energia hidroelétrica, fator relevante para redução de emissões de carbono e controle do aquecimento global. Conforme o texto de Marisa Serrano, o V Fórum Mundial da Água apontou a preocupação de que a irrigação exagerada provoque a escassez de recursos hídricos. Também registrou críticas à produção brasileira de biocombustíveis. Ao final do encontro, os participantes dos eventos sugeriram, entre outras medidas, a criação do Parlamento Mundial da Água.

### Discussão

Em reunião na última terça-feira, os senadores que integram a subcomissão iniciaram

### Temas

Entre as questões a serem tratadas durante a vigília, estão as ameaças a que estão submetidas a floresta e os conflitos sociais que ocorrem na região. A análise das políticas públicas para a floresta, a visão das comunidades tradicionais da Amazônia e as propostas sobre o tema em tramitação no Congresso serão ainda debatidas.

A importância da floresta para a regulação do clima e suas implicações econômicas e sociais, tanto no Brasil quanto no mundo, para a proteção da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável do Brasil também será abordada pelos participantes da vigília. Além disso, haverá a explanação de iniciativas promissoras dos governos dos estados da Amazônia e o relato de produtores que

colocam em prática políticas sustentáveis. O término da sessão está previsto para as 6h da manhã.

Comissão de Desenvolvimento Regional promove hoje audiência pública para a qual foram convidados os governadores do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, os ministros da Integração Nacional e das Cidades e o diretor-geral do Dnit

# Debate sobre enchentes deve reunir ministros e governadores

OS MINISTROS DA Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e das Cidades, Márcio Fortes; os governadores do Maranhão, Roseana Sarney; do Ceará, Cid Gomes; do Piauí, Wellington Dias; e do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, devem discutir hoje soluções para problemas causados pelas enchentes no Nordeste. Eles foram convidados a participar, às 9h30, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de audiência

pública que também terá a presença do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot.

No encontro, senadores e autoridades devem debater medidas necessárias para a recuperação da infraestrutura destruída pelas chuvas. A iniciativa foi proposta por Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Ao justificar a audiência pública,

Inácio Arruda afirmou que as enchentes e inundações ocorridas no Nordeste deixaram centenas de milhares de famílias desabrigadas. As chuvas também destruíram estradas e pontes.

– A gravidade da situação em vários estados levou o governo federal a editar uma medida provisória para a liberação de crédito extraordinário no valor de R\$ 300 milhões, em favor do Ministério da Integração Nacional,

para socorro e assistência de pessoas atingidas e restabelecimento da normalidade no cenário de desastre – disse Inácio Arruda.

No Ceará, por exemplo, segundo o senador, mais de 100 mil pessoas foram atingidas. “A situação se repete, com a mesma gravidade, nos estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, onde muitos municípios estão em estado de emergência”, ressaltou Inácio Arruda.



Integrantes da Comissão de Direitos Humanos reúnem-se a partir das 9h

## Projetos em pauta de comissão visam garantir a acessibilidade

O projeto do senador Romeu Tuma (PTB-SP) que obriga as empresas públicas e privadas a adaptar seus prédios para facilitar o acesso de pessoas com deficiência é um dos itens da pauta da reunião de amanhã da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O substitutivo à proposta (PLS 738/07), de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR), pune as empresas que não realizarem as modificações com multa de 20 a 200 salários mínimos. Há nove anos a exigência de adaptações nos prédios está prevista na Lei 10.098/00 – que determina critérios para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No entanto, destacou o relator, é necessário inserir a penalidade na legislação para que as empresas realizem as alterações.

Outro projeto que poderá ser votado na CDH é o PLS 522/07, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que visa alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei 5.452/43 – para conceder licença de até sete dias por ano para o empregado acompanhar e assistir dependente portador de deficiência.

Também poderão ser votados amanhã o PLS 465/08, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que propõe isenção do Imposto de Renda (IR) de despesas

com aquisição de aparelhos auditivos e cadeiras de rodas; e o PLS 45/09, de Flávio Arns, que tem como objetivo isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis adquiridos por pessoa com deficiência para uso particular.

### Isenção

A CDH poderá ainda votar proposta (PLS 480/08) de Neuto de Conto (PMDB-SC) que propõe isenção integral do IR aos contribuintes com mais de 70 anos para rendimentos até dez salários mínimos.

Na justificativa da matéria, o senador afirmou que a legislação atual estabelece isenção para rendimento mensal em torno de três salários mínimos, limitando-se aos rendimentos de aposentadoria e pensão. Na opinião de Neuto de Conto, esse limite é muito baixo e discrimina os idosos que não dispõem de benefício previdenciário.

Também o PLS 361/08, de Romeu Tuma, consta da pauta. Pela proposta, que recebeu substitutivo de Paulo Paim (PT-RS), os responsáveis por estacionamentos que não reservarem 5% das vagas aos idosos, com garantia de, pelo menos, uma vaga, poderão ser multados entre R\$ 400 e R\$ 12 mil. A reunião da CDH está marcada para as 9h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.



Novas regras em exame na CCJ poderão valer para as eleições do próximo ano

## Votação pode ser facilitada para idoso e pessoa com deficiência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar amanhã projeto (PLS 383/08) do senador Romeu Tuma (PTB-SP) que visa facilitar o voto dos idosos e das pessoas com deficiência. Se a proposta for aprovada pelo Senado e pela Câmara ainda neste primeiro semestre, as novas regras poderão valer para as eleições majoritárias do ano que vem.

O Código Eleitoral já define hoje que a escolha dos locais de votação pelos tribunais regionais eleitorais (TRES) deverá recair sobre prédios e edifícios de fácil acesso para o eleitor deficiente. Determina também a existência de seções de votação em vilas e povoados que possuem casas de internação coletiva, como asilos de cegos e leprosários com mais de 50 internos.

A pretensão do senador Tuma é definir cabines específicas, em cada local de votação, destinadas ao uso dos idosos e das pessoas com deficiência. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2008, o Brasil possui 190 milhões de habitantes, sendo 24 milhões de deficientes e quase 28 milhões de idosos.

Para Romeu Tuma, grande parte desses eleitores enfrenta dificuldades no dia da votação, como a longa espera nas filas, e acaba preferindo

justificar o voto a exercer seu direito constitucional.

### Emendas

O relator na CCJ, Osmar Dias (PDT-PR), elaborou voto pela aprovação do projeto de Tuma, mas apresentou duas emendas ao texto. Osmar não concorda com a instalação de salas de votação para grupos específicos.

– Em locais de votação com muitas seções eleitorais, o que é comum nos centros urbanos, essa seção especial de atendimento poderia acabar tendo filas ainda maiores e mais demoradas do que as demais – alega o relator. Ele observa ainda que, em locais pouco populosos, as seções pequenas teriam que ser duplicadas, exigindo o dobro de pessoas e recursos envolvidos no evento.

Assim, o relator sugere que a alteração na lei eleitoral ocorra para obrigar os TRES a expedir, a cada eleição, instruções aos juizes eleitorais para orientá-los nas escolhas dos locais de votação de forma a garantir a acessibilidade e o atendimento prioritário dos eleitores idosos e portadores de necessidades especiais.

Como o PLS tem decisão terminativa na CCJ, será votado nominalmente por cada senador, que terá também de se pronunciar, em votação sequenciada, quanto às emendas do relator.



Temporão declarou que não há risco de surto da doença no país, que já registrou oito casos da gripe

# Temporão falará hoje sobre medidas para combater gripe suína

Ministro da Saúde será ouvido, a partir das 11h, pela Comissão de Assuntos Sociais. Senadores também deverão questioná-lo sobre o Programa Mais Saúde e o SUS

A GRIPE INFLUENZA A (vírus H1N1), também chamada de gripe suína, será discutida hoje em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que participará do debate, deverá prestar esclarecimentos sobre as medidas adotadas pelo governo federal para combater a doença. Até a manhã de ontem, haviam sido registrados oito casos da gripe no país e cerca de 4.500 em todo o mundo.

A enfermidade já teria causado a morte de mais de 50 pessoas, a maioria delas no México – no Brasil, não foi registrado nenhum caso fatal. Segundo a Agência Brasil, Temporão declarou na última sexta-feira que

não há risco de surto da doença no país. No entanto, existe o temor de que a gripe suína se transforme em uma pandemia (quando há ampla disseminação de uma epidemia).

### Gastos

Vice-presidente da CAS, Paulo Paim (PT-RS) foi um dos senadores que sugeriram a presença do ministro. Uma das perguntas que ele fará a Temporão refere-se ao volume de recursos que o governo pretende gastar na prevenção e no combate à doença.

O parlamentar também deve reiterar suas críticas ao uso da expressão gripe suína, sob o argumento de que a denominação prejudica o setor de sui-

nocultura do país.

– A carne de porco não é o problema, ao contrário do que pode dar a entender essa denominação – ressaltou Paulo Paim, acrescentando que “o Brasil é um grande exportador desse produto”.

De acordo com o requerimento de audiência – apresentado por Papaléo Paes (PSDB-AP) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da CAS –, Temporão poderá ainda falar sobre programas e projetos do Ministério da Saúde para este ano. O ministro será questionado, por exemplo, sobre o Programa Mais Saúde (o PAC da Saúde) e sobre o Sistema Único da Saúde (SUS). A reunião será realizada a partir das 11h.

## CAS examina isenção a exportação agroindustrial

A Comissão de Assuntos Sociais deve abrir sua reunião de amanhã, às 11h, com a discussão do projeto de lei que suspende a contribuição previdenciária sobre operações de exportação indireta de produtos da agroindústria. A proposta (PLS 79/08), de Gilberto Goellner (DEM-MT), recebeu parecer favorável do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Atualmente, a contribuição previdenciária incidente sobre as receitas da agroindústria só é excluída quando a exportação é feita diretamente com o comprador no estrangeiro. Segundo Gilberto Goellner, a regra provoca uma “severa injustiça”, pois beneficiária apenas as grandes empresas, que têm maior capacidade econômica e condições de exportar diretamente. As agroindústrias de menor porte e ao pequeno produtor rural, restaria recorrer às *trading*, empresas que intermediam a venda de produtos nacionais no mercado externo.

Com o objetivo de estimular as exportações no setor por meio da desoneração tributária,



Regra atual é injusta com pequenas empresas do setor, afirma Goellner

o projeto suspende a incidência da contribuição previdenciária sobre os produtos comercializados entre a agroindústria e as empresas preponderantemente exportadoras.

A CAS deverá examinar ainda, em decisão terminativa, proposta (PLS 450/08) do senador Romeu Tuma (DEM-SP) que estabelece o direito de o produtor rural, restaria recorrer às *trading*, empresas que intermediam a venda de produtos nacionais no mercado externo.

Medidas de proteção à saúde de atletas e de juizes de com-

petições esportivas também serão analisadas pela comissão. O foco é o projeto (PLC 122/08) que altera a Lei Pelé (Lei 9.615/98) para obrigar as entidades de prática desportiva a realizar exames de saúde periódicos em seus atletas. De acordo com a matéria, as entidades organizadoras de competições desportivas profissionais deverão manter equipes para atendimento de emergência a atletas e juizes. O relator, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), apresentou parecer favorável à proposição.

A pauta da CAS inclui ainda projeto (PLS 402/08), de Gerson Camata (PMDB-ES), que atribui ao poder público o dever de capacitar educadores, psicólogos, psicopedagogos e médicos para diagnosticar e tratar estudantes da educação básica com dislexia. O texto recebeu parecer favorável da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

Disfunção neurológica que afeta a aprendizagem nas áreas de leitura e escrita, a dislexia não é considerada doença, mas uma dificuldade em reproduzir e ordenar fonemas e letras.

Proposta de Paim que será examinada hoje pela CRA institui uma fonte de recursos autônoma e permanente para o ensino técnico e prevê construção de novas escolas



Comissão de Agricultura também discute isenção do IPI para veículos de transporte usados por agricultores familiares

## Ensino profissional deverá passar por ampla reforma

O ENSINO TÉCNICO profissional poderá ter fonte de recursos permanente e autônoma, além de passar por uma ampla reforma, incluindo a construção de novas unidades em todo o país, reequipagem de escolas e melhor capacitação profissional. É o que prevê projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep), e que será examinado hoje, a partir das 9h30, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De acordo com a proposta (PLS 274/03), o fundo será administrado, em âmbito nacional, por um conselho deliberativo composto de nove membros, assim distribuídos: três representantes dos trabalhadores; três da Central Única dos Tra-

balhadores (CUT); e três do Executivo, sendo um do Ministério do Trabalho, um do Ministério da Educação e um do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Os recursos para a criação do Fundep, informa Paulo Paim, serão oriundos de receitas dos impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI), além do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O relator, Gerson Camata (PMDB-ES), é favorável à aprovação do projeto e acatou emendas sugeridas quando da tramitação da matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Após o exame na CRA, o texto seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

Na mesma reunião, a CRA

deve apreciar o parecer favorável de Augusto Botelho (PT-RR) a projeto (PLS 589/07) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que isenta do IPI os veículos usados no transporte de mercadorias pelos agricultores familiares e por suas cooperativas ou associações.

### Adicional

A Comissão de Agricultura deve examinar também outra proposta de Paulo Paim, que fixa em 40 horas semanais a jornada de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar.

A proposição (PLS 226/07) concede ao trabalhador um adicional de 20% sobre o salário, pela realização de atividade considerada penosa, além de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço e seguro de vida em grupo.

## Malta destaca atuação da CPI da Pedofilia

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), participou ontem do Simpósio "Todos Contra a Pedofilia", que acontece no Centro de Convenções do Shopping Sul, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim (ES).

Na palestra de abertura, o parlamentar falou sobre os resultados da comissão, destacando a importância dos trabalhos realizados até agora para o combate a esse crime em todo o mundo.

– O encontro é muito importante porque reúne diversos setores da sociedade para debater o combate à pedofilia. É a sociedade que se organizou,



Malta: "Sociedade decidiu que não quer mais conviver com esse crime"

que acordou e que decidiu que não quer mais conviver com esse crime – afirmou Magno Malta.

Foram programadas também palestras sobre o combate à prá-

tica desse delito e o papel dos conselheiros tutelares; as ferramentas americanas de combate à pedofilia; e as alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código Penal.

Participam do encontro cerca de 1,5 mil pessoas, incluindo representantes de conselhos tutelares, estudantes de Direito, juízes e promotores da Infância e procuradores de Justiça.

O simpósio é promovido pelo movimento Todos Contra a Pedofilia e pela Comissão Especial de Combate à Pedofilia da Câmara de Cachoeiro de Itapemirim. Ao final, será emitido um manifesto dos capixabas contra o crime de pedofilia.

## CRE examina indicações para as embaixadas no Congo e na Líbia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisará nesta quinta-feira a partir das 10h duas mensagens presidenciais com indicação de novos embaixadores no Congo e na Líbia.

Para assumir a embaixada brasileira em Kinshasa, capital do Congo, o indicado é o diplomata Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, ministro de segunda classe e atual cônsul-geral em Santiago. Ele já exerceu o posto de embaixador em Dacar (Senegal) e em Paramaribo (Suriname).

Segundo o relatório enviado pelo Itamaraty, as relações do Brasil com o Congo têm se desenvolvido muito, especialmente na cooperação eleitoral, desde 2005. O Brasil enviou àquele país titulares de órgãos da Justiça Eleitoral para ministrar cursos sobre contencioso eleitoral a ministros da Suprema Corte, tendo feito doação de 3 mil urnas eleitorais de Iona.

Os dois países também têm desenvolvido intenso intercâmbio nas áreas agrícola, de saúde e de formação de quadros diplomáticos. As relações comerciais passaram de US\$ 13,4 milhões, em 2004, para US\$ 57,2 milhões, em 2008. O Brasil

é superavitário nesse comércio, com exceção dos anos de 2006 e 2007, quando comprou partidas de petróleo bruto. No momento, empresas brasileiras, como a Vale e a HRT Petroleum, negociam contratos de investimentos nas áreas de petróleo, cobre, níquel e cobalto.

Para embaixador em Trípoli, o presidente da República indicou o diplomata George Ney de Souza Fernandes, atualmente ministro-conselheiro da embaixada no Vaticano. Ele já exerceu o cargo de embaixador em Harare, capital do Zimbábue.

O Itamaraty informa, no relatório, que as relações Brasil-Líbia tomaram grande impulso depois que foram suspensas as sanções impostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) à Líbia, em 1999. O comércio aumentou exponencialmente, passando de US\$ 79 milhões para quase US\$ 2 bilhões em 2008.

A Petrobras possui escritório permanente em Trípoli e detém, desde 2005, concessão para pesquisa de petróleo na plataforma continental da Líbia. Também a Odebrecht e a Queiróz Galvão realizam obras de infraestrutura e saneamento básico no país.

Após análise da comissão, as duas mensagens serão submetidas a votação no Plenário



Diplomatas serão sabatinados pelos senadores da Comissão de Relações Exteriores

## Subcomissão da Amazônia será instalada amanhã no Senado

Será instalada amanhã a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que terá como um dos objetivos ajudar a resolver eventuais dificuldades do Brasil com países com os quais faz fronteira ao norte – Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Bolívia, Colômbia e Peru. A subcomissão

funcionará no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice para o biênio 2009/2010. A subcomissão também poderá propor tratados de cooperação e realização de operações conjuntas nas regiões de fronteira.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mesquita Júnior • Mozarildo Cavalcanti • Mão Santa • Serys Slhessarenko

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Marco Antonio Reis e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333  
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## João Pedro: enchente no Amazonas pode se agravar

O senador João Pedro (PT-AM) alertou para o fato de que as águas dos rios da Amazônia devem continuar subindo nos próximos dias, por causa das chuvas no extremo norte da região e do degelo na Cordilheira dos Andes. Assim, as dificuldades das populações ribeirinhas não serão resolvidas imediatamente, e o governo federal precisa se mobilizar para apoiar milhares de desabrigados.

João Pedro informou que parlamentares da região têm reunião marcada amanhã com o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, quando devem ser anunciadas medidas para minimizar o sofrimento das populações afetadas.

— Parece exagero, mas a verdade é que a maior parte das terras onde a população tem suas plantações está debaixo de água. O problema não está apenas nas cidades, com bairros inteiros co-



Senador faz alerta sobre degelo nos Andes e chuvas no extremo norte

bertos pelas águas. As fontes de abastecimento de comida estão arrasadas — lamentou.

João Pedro disse que tem mantido contato diário com prefeitos e líderes dos municípios e que os relatos que ouve são desanimadores. O secretário de Educação do Amazonas, por exemplo, informou ao senador que as aulas estão sendo suspensas na maioria das cidades.

## Agripino cobra do governo construção de barragem no RN

José Agripino (DEM-RN) defendeu a construção da barragem de Oiticica, no Rio Grande do Norte, como forma de evitar os prejuízos causados aos produtores de manga, banana, camarão e sal pelas cheias anuais do rio Açu.

O senador disse que a construção do empreendimento depende apenas da vontade política do governo federal, tendo em vista que a obra foi incluída no Orçamento da União de 2009 e está com o seu projeto pronto. Por iniciativa do parlamentar, a barragem também foi incluída no Orçamento de 2004, chegando a ocorrer o empenho dos recursos, embora não tenha havido a liberação de verbas, segundo relatou.

— O governo se comprometeu a realizar a obra e não liberou nenhuma prata. A construção é de responsabilidade do governo federal. O governo do meu



José Agripino: obra em Oiticica evitaria prejuízos com cheias do rio Açu

estado é correligionário do governo Lula. Não haveria entrave nenhum — afirmou.

Em seu discurso, José Agripino lembrou que as enchentes ocorridas no vale dos rios Açu e Apodi, em 2008, também causaram prejuízos à economia do Rio Grande do Norte, tendo o governo na ocasião feito um repasse de verbas que ficou aquém do valor prometido.

## Mozarildo homenageia mães da reserva Raposa Serra do Sol

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a criticar a demarcação de forma contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Ele homenageou todas as mães brasileiras pela passagem do seu dia e, em especial, as mães que residem naquela área.

O senador disse que muitas mães tiveram que sair do local, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal, que confirmou a demarcação da área de forma contínua e a retirada dos não índios da região. Ele acrescentou que as mães que ficaram na reserva “tiveram que ver seus filhos saírem”.

— Essas mães foram vítimas de uma ação absurda do governo federal, um verdadeiro ato de diáspora, de desterro dessas pessoas, feito em pleno século 21 por um governo que se diz popular e a favor do trabalha-



Mozarildo critica a demarcação da área e a retirada dos não índios

dor — afirmou Mozarildo.

O parlamentar garantiu que, durante seu mandato, vai fiscalizar permanentemente a realidade da região e, em breve, apresentará relatório sobre a saída forçada dos não indígenas.

Ele também criticou a atuação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Roraima.

Medida provisória que trata do fundo soberano chegou ao Senado com emenda para dispensar de licenciamento ambiental as obras em rodovias já existentes

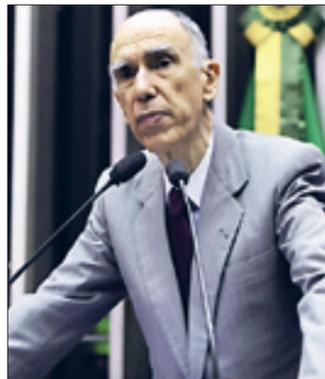
## Mudança em MP ameaça meio ambiente, diz Maciel

O SENADOR MARCO Maciel (DEM-PE) protestou ontem contra modificação feita pela Câmara dos Deputados na Medida Provisória (MP) 452/08 (que passou a tramitar como PLV 5/09), tornando menos rígidas as normas para licenciamento ambiental de obras em rodovias já existentes.

A MP trata originalmente da dotação de recursos orçamentários para o Fundo Soberano do Brasil e autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a executar obras nas rodovias transferidas a entes da Federação.

A lei que a MP modifica estabelece que cabe primeiramente ao órgão estadual de meio ambiente conceder o licenciamento ambiental para obras em rodovias e, supletivamente, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), salvo se os possíveis impactos ambientais apresentarem potencialmente extensão regional ou nacional significativa.

A principal mudança feita na



Maciel espera que Senado atue para preservar diversidade ambiental

Câmara, por sua vez, se refere à dispensa do licenciamento ambiental prévio nas obras de pavimentação, melhoramentos, adequação e ampliação de capacidade a serem realizadas nas faixas de domínio de rodovias federais já existentes, independentemente de elas terem sido estadualizadas ou não.

Para o senador, o enxerto “não guarda nenhuma pertinência temática com a matéria objeto principal” e vem na contramão dos interesses da preservação ambiental do país,

## Serys comemora obtenção de licença ambiental para BR-158

Serys Shessarenko (PT-MT) comemorou a licença para pavimentação da rodovia BR-158, em Mato Grosso, no trecho de 213 quilômetros que vai de Posto da Mata, no município de São Félix do Araguaia, até a divisa com o estado do Pará. A licença foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e também pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

A senadora relatou suas iniciativas para melhorar a infraestrutura do estado e disse estar muito orgulhosa dos resultados obtidos com seu mandato. Lembrou que a bancada federal, por ela liderada, incluiu a BR-158 no Plano Plurianual de

Investimentos (PPA) 2004/2007, com emenda no valor de R\$ 187 milhões. Informou ter pedido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva prioridade para a rodovia, que hoje está inserida no Projeto Piloto de Investimento (PPI) e no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Serys também comunicou ao bispo emérito de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, que a reserva indígena Maraiwetsede, da etnia Xavante, terá seu território preservado. Ela afirmou que o clérigo — a quem qualificou como “um patrimônio histórico da sociedade brasileira” — manifestou muita satisfação com a notícia.

O asfaltamento do trecho, destacou Serys, deverá melhorar

já que a alteração foi feita sem consulta prévia ao Ministério do Meio Ambiente e a outros órgãos competentes. Além disso, segundo ele, o texto original da MP já não cumpria os preceitos constitucionais de urgência e relevância.

— Demonstro minha surpresa com alteração feita na MP e espero que, ao apreciá-la, o Senado Federal esteja atento à mudança, para que possamos continuar a preservar a nossa rica diversidade ambiental, que é tão importante para o Brasil e seu desenvolvimento — afirmou.

O parlamentar defendeu, mais uma vez, mudanças no rito das medidas provisórias, um instrumento adotado no Brasil, mas que é típico de regimes parlamentaristas e inspirado nos *provvedimenti provvisori* da Itália. A seu ver, o trancamento da pauta nas duas Casas “está reduzindo, e muito, a atividade legiferante” da Câmara e do Senado e também o próprio funcionamento do Congresso Nacional.



Senadora explica que trecho de 213km vai de São Félix (MT) ao Pará

a economia de vários municípios, citando São Félix, Canarana, Confresa, Vila Rica, Ribeirão Cascalheira, Porto Alegre do Norte, Canabrava do Norte e Querência. A senadora também saudou a chegada da luz elétrica e da telefonia celular ao município de Cocalinho. A linha de transmissão, informou, saiu de Querência e foi até Vila Rica, passando por 14 municípios.

## Senado manifesta pesar pela morte de Boal

O senador João Pedro (PT-AM) apresentou ontem à Mesa do Senado requerimento de voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 2, no Rio de Janeiro, do dramaturgo Augusto Boal, que ficou internacionalmente conhecido por ter criado o chamado Teatro do Oprimido, influenciado pelas ideias educacionais libertárias do pedagogo Paulo Freire. As décadas de atuação com seu teatro por todo o planeta renderam a Boal a indicação para o Prêmio Nobel da Paz em 2008. Seus livros e peças teatrais já foram traduzidos para 20 idiomas.

A metodologia desenvolvida por Boal no Teatro do Oprimido pretende mobilizar o público e comunicar noções de cidadania.

João Pedro também pediu voto de pesar pela morte do artista folclórico Josué Matos Rojas. Assassinado aos 37 anos no domingo, era figura de destaque nas manifestações culturais do boi-bumbá.

— Parintins, que é uma cidade importante do Amazonas, está de luto pela perda de uma pessoa tão humana — disse João Pedro.

Já Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho

(PT-RR) solicitaram voto de profundo pesar pela morte de Sivilda Magalhães Duarte, no domingo.

Mozarildo lembrou que Sivilda, “uma matriarca de 99 anos”, foi esposa do primeiro roraimense a ser governador do então território federal do Rio Branco e depois prefeito de Boa Vista, Aquilino da Mota Duarte.

— Uma guerreira, um exemplo de esposa e de política, sempre ao lado do esposo e sempre preocupada com a população mais pobre. Um exemplo para todas as mulheres brasileiras — afirmou.

Uma das três propostas do senador visa incluir na LDB o conceito de superação das agressões no meio escolar e da cultura de paz como princípio educativo

## Paim anuncia projetos para conter violência nas escolas

“A VITIMIZAÇÃO DE professores e a alunocracia na educação básica.” Com esse título, estudo da doutora em educação Tânia Maria Scuro Mendes e da aluna Juliana Mousquer Torres constatou um aumento nas ameaças de agressões verbais e físicas contra os professores. As direções das escolas, diante disso, têm se limitado a solicitar a presença de pais ou responsáveis e a advertir os alunos que praticam agressões contra professores.

Ao divulgar ontem, da tribuna, o resultado do estudo, Paulo Paim (PT-RS) anunciou a apresentação de três projetos com o objetivo de tentar diminuir a violência nas escolas. O primeiro estabelece procedimentos de atendimento policial e de prestação jurisdicional e prevê medidas de proteção nos casos de violência contra o professor na escola.

Outro projeto do senador tem o objetivo de fortalecer a posição jurídico-instrumental dos professores e atribuir maior responsabilidade jurídica às escolas e aos pais na relação professor-aluno. O parlamentar propõe alterações na Lei de



Iniciativa de Paulo Paim visa reforçar valorização dos conselhos escolares

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para inserir o conceito de superação da violência e da construção da cultura de paz como princípio educativo.

Essa proposição de Paim reforça a defesa da gestão democrática do ensino público por meio da valorização dos conselhos escolares ou órgãos equivalentes. Também prevê a figura de um encarregado da disciplina dos estudantes fora das salas de aula. Esses inspetores de alunos tratariam de problemas da violência escolar e fariam a mediação dos conflitos internos e externos.

Por último, Paim está

recolhendo assinaturas para uma proposta de emenda à Constituição dispendo sobre a conversão do tempo de contribuição dos que exerceram a função de professor da educação infantil e do ensino fundamental, médio e superior, para fins de aposentadoria. A ideia é permitir que os trabalhadores que não estão mais atuando no magistério possam converter o período de docência e, desse modo, diminuir o tempo de contribuição.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) propôs que o Senado, nas suas comissões temáticas, promova debates no sentido de que o país possa compreender o que leva os jovens a agredir seus professores. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que, quando a educação for prioridade, haverá paz entre alunos e professores.

Por sua vez, Mão Santa (PMDB-PI) disse que, no livro *Maturidade*, Albert Einstein classifica a escola como o único instrumento que a civilização conseguiu fazer para pinçar todos os conhecimentos da Humanidade e oferecê-los às novas gerações.

## Cristovam faz sugestão de leitura para presidente norte-americano

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) indicou, em discurso, ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, a leitura de três livros: *Pedagogia do oprimido*, do educador Paulo Freire; *Ecodesenvolvimento*, do economista polonês Ignacy Sachs; e *Novo paradigma para o mercado financeiro*, do megainvestidor George Soros.

Ele fez a indicação das obras em resposta a um internauta, que, por e-mail, perguntou se o senador recomendaria a Obama, tal como fez o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, o livro *As veias abertas da América Latina*, do escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano.

Para Cristovam, o clássico *As veias abertas*, mesmo apresentando uma descrição primorosa da situação de exploração da América Latina pelas grandes potências em séculos anteriores, “não permitirá ao presidente norte-americano entender os verdadeiros empecilhos ao desenvolvimento no mundo de hoje”.

– Eu acho que esses três livros

formariam um tripé importante: o tripé da mesma chance entre classes e da construção de uma sociedade do conhecimento [*Pedagogia do oprimido*]; a mesma chance entre gerações e da convivência entre os seres humanos, a civilização, a economia e a natureza [*Ecodesenvolvimento*]; e o terceiro [livro] permitiria entender o descompasso que temos entre o mercado financeiro, a economia e a sociedade – disse.

Na avaliação do senador, o principal obstáculo ao desenvolvimento dos países pobres não mais seria a exploração pelas nações desenvolvidas dos recursos naturais dos primeiros, ocorrida, sobretudo nos séculos 19 e 20, como descrito no livro de Galeano. Para Cristovam, a principal causa do atraso no terceiro mundo foi a ausência de um desenvolvimento científico e tecnológico adequado.

– O que dificultou o desenvolvimento latino-americano, o que atrapalhou o entendimento da crise do desenvolvimento foi não percebermos – e era impos-



Cristovam: atraso do Terceiro Mundo se deve a pouco avanço da ciência

sível perceber, na verdade – que, no final do século 20, começaria a se construir um novo tipo de economia, não mais a economia da matéria-prima ou do produto industrial, mas a economia de produto conhecimento, do produto científico e tecnológico – afirmou.

Em aparte, José Agripino (DEM-RN) parabenizou Cristovam pelo pronunciamento. Após elogiar o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, pelo ato de aproximação com o presidente Barack Obama, o representante potiguar criticou as recentes medidas tomadas por Chávez contrárias aos interesses das companhias de petróleo prestadoras de serviços à estatal venezuelana PDVSA.

## Papaléo: alteração na poupança pode trazer efeitos negativos

“A poupança é uma instituição do povo brasileiro e não um departamento do PT, e é necessário pensar muito antes de modificar a única forma de investimento acessível a toda a população brasileira.” Esse foi o alerta feito ontem pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP) à equipe econômica, que já anunciou a intenção de mudar as regras desse instrumento para evitar fuga de investidores de títulos da dívida pública para as cadernetas de poupança, por causa da redução do rendimento com a queda da Selic.

O parlamentar salientou os efeitos que esse anúncio pode causar para a própria economia do país, como o risco de os boatos sobre as mudanças – ainda que se propague a proteção aos pequenos poupadores – afetares a propensão a poupar, que também depende da credibilidade do instituto financeiro.

Essa credibilidade, observou, custa a ser conquistada, mas pode ser perdida quase instantaneamente, “não importando se o governo vai à televisão para explicar as medidas: uma vez instalada, a desconfiança causa a corrida aos bancos e,



Senador diz que caderneta é do povo brasileiro e não departamento do PT

no caso dos mais pobres, leva ao saque de seus recursos e ao consumo”.

Segundo Papaléo, analistas de Direito do Consumidor apontam para o grande risco de processos contra o Estado, se forem realizadas alterações na poupança que resultem em perda de rendimentos. Em apartes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a necessidade de regulamentar o uso da poupança por grandes investidores. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) recomendou ao governo federal “não meter a colher na poupança”, pois, segundo ele, “a instituição é do povo brasileiro, não do governo do PT”.

## Terceiro mandato não passa no Senado, assegura Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) sustentou ontem, em discurso, que Fernando Collor (PTB-AL) está equivocado ao dizer que existe possibilidade de aprovação de uma emenda constitucional pelo Congresso para permitir um terceiro mandato ao presidente da República.

– O terceiro mandato para o presidente Lula não passa aqui no Senado. O Senado não vai decepcionar o Brasil – disse.

Mão Santa frisou que não existe essa história de que o governo pode cooptar todo mundo na Casa para que seja aprovado o terceiro mandato.

O parlamentar esteve no fim de semana em um encontro de vereadores em Mato Grosso e concordou com a reclamação geral das prefeituras, que vêm perdendo parcelas na arrecadação tributária nacional. Ressaltou que os prefeitos recebiam 21,5% da arrecadação dos impostos federais há cerca de 20 anos e, hoje, mal recebem 14% da arrecadação, enquanto a maior parcela fica com o governo federal.

O senador criticou o uso do Orçamento da União pelo Executivo para conseguir votos no Congresso. Explicou que o governo promete repassar verbas aos municípios por meio



Mão Santa diz que governo só libera emendas de quem vota seus projetos

das emendas dos deputados e senadores, mas se aproveita da situação e faz chantagem, só liberando dinheiro das emendas daqueles parlamentares que votarem favoravelmente aos projetos de interesse do Palácio do Planalto.

Ele foi apoiado, em apartes, pelos senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Mesquita Júnior disse que Mão Santa acerta na mosca ao dizer que os dois maiores problemas do Congresso Nacional são o excesso de medidas provisórias assinadas e o uso político do Orçamento. Já o senador por Roraima defendeu a instituição do Orçamento de cumprimento obrigatório pelo Executivo. Hoje, o Orçamento é apenas autorizativo.

## Azeredo elogia efeitos de renegociação

A renegociação das dívidas com a União, no final da década de 1990, evitou que os estados tivessem graves problemas fiscais. A avaliação é de Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O

senador afirmou que, ao estabelecer juros fixos por 30 anos, associados a um teto aceitável para o pagamento mensal, as renegociações proporcionaram aos estados endividados uma

solução estabilizadora, dando um sinal de responsabilidade para os mercados interno e externo. “Não teríamos hoje a tranquilidade para planejarmos nosso futuro, sob o amparo dos

investidores estrangeiros”.

De acordo com matéria veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo*, a economia para a totalidade dos estados brasileiros foi de R\$ 190 bilhões.